

ESPAÇOS E TEMPOS EDUCATIVOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO A PARTIR DO PROGRAMA PROJovem CAMPO – SABERES DA TERRA NO MUNICÍPIO DE BAIÃO-PA

Sônia Alves da Silva¹
Tiago Corrêa Saboia²

RESUMO: Este trabalho objetiva compreender em que termos a Alternância Pedagógica vem sendo desenvolvida no âmbito do projeto EJA Médio Campo, que funciona dentro do programa *Projovem Campo – Saberes da Terra*, na comunidade de Maçaranduba, localizada no município de Baião-Pará. Para obtenção dos dados foram utilizados questionários com perguntas abertas e fechadas para docentes e discentes do programa. Os questionários continham questões relacionadas, tanto à compreensão de alternância, quanto abordavam as principais vantagens e desvantagens para o ensino e suas formações. Os educadores e os educandos demonstraram compreender como a alternância pedagógica pode influenciar nos processos de ensino-aprendizagem ao considerar outros espaços para além da sala de aula como significativos para o desenvolvimento dos conteúdos. Para eles, essa forma de ensinar, além de valorizar os conhecimentos, a cultura e o trabalho desses sujeitos, também lhes oferece uma qualificação na área de Agricultura Familiar, o que os ajudará a melhorar a gestão de suas áreas e também pretende demonstrar a agricultura sustentável, que é um contraponto à monocultura, aos transgênicos, ao uso de fertilizantes e fitossanitários.

Palavras-chave: Pedagogia da Alternância. EJA Médio Campo. Sujeitos do Campo.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade específica da educação básica, destinada aos sujeitos do campo e da cidade, aos quais foi negado ao longo de suas vidas o direito de acesso e de permanência na educação escolar, seja na infância, na adolescência, ou na juventude. As razões para esta negação estão ligadas a vários fatores, tais como: condições socioeconômicas, falta de vagas, sistema de ensino inadequado e outros (ARAÚJO, 2012).

O termo "Educação de Jovens e Adultos" foi adotado, oficialmente, no Brasil a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96, a LDB.

¹ Graduada do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo pela Universidade Federal do Pará(UFPA). E-mail: s.alves10@hotmail.com

² Doutorando do Programa em Agriculturas Amazônicas do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares. Docente da Faculdade em Educação do Campo da Universidade Federal do Pará (UFPA). Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Pará, Brasil. E-mail: tsaboia@ufpa.br

Anteriormente a essa lei, os cursos destinados a jovens e adultos que não concluíram sua formação básica, eram chamados de "supletivos".

A intenção dessa mudança foi promover, não apenas uma alteração na denominação da modalidade, mas principalmente desvincular os cursos supletivos de uma concepção compensatória, assistencialista e de aligeiramento. Dessa forma, de acordo com a legislação atual, a principal finalidade da EJA deixou de ser o suprimento de carências de escolarização e passou a ser a garantia de direitos dos cidadãos (JESUS, 2016).

Com a Resolução/CD/FNDE nº 48, de 2 de outubro de 2012, do governo federal, a EJA passou a ser ofertada nas comunidades rurais. Neste trabalho, quando se fala no ambiente rural se pensa em Educação do Campo. Esta Educação visa valorizar o sujeito do campo como sua cultura e seus saberes. Esse modelo de educação é fruto dos movimentos sociais em prol da escola do campo, o que, segundo Fernandes (2004), existe dois tipos: a escola do campo e a no campo. Enquanto a primeira está ligada a uma pedagogia tradicionalmente ruralista de dominação, a segunda se propõe a construir uma pedagogia que se baseie nas diferentes experiências dos sujeitos. No entanto, sem dúvidas, essa é ainda uma proposta que batalha para se estabelecer, de fato.

Nesse sentido, faz-se necessário compreender a EJA para além do sentido de escolarização, uma vez que salienta a importância dos aprendizados que os trabalhadores adquirem por meio das experiências de lutas e trabalho, mas “sem negar a importância fundamental da educação como espaço privilegiado de acesso aos conhecimentos socialmente produzidos pela humanidade” (ARAÚJO, 2012 p. 250).

Para que os sujeitos do campo tenham sua formação integral garantida sem que percam seu vínculo com o campo, a Pedagogia da Alternância surge como uma outra/nova forma de organizar os processos em diferentes tempos e espaços: o Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC). A esse respeito, Antunes-Rocha e Martins (2012, p. 21) nos ensinam que “em termos operacionais, o TE/TC significa que o tempo/espaço regular acontece um período na escola e outro no local de moradia e/ou trabalho dos estudantes”, configurando-se em uma significativa modificação da forma de funcionamento da própria escola.

Dessa forma, a Pedagogia da Alternância e a modalidade de EJA foram construídas no bojo dos movimentos sociais, para que os sujeitos do campo e da cidade pudessem ter acesso à educação e ao trabalho de forma concomitante. Essa formação leva em consideração os saberes da experiência na constante articulação de elementos relacionados à cultura e ao trabalho desses

sujeitos. Portanto, cultura e trabalho são considerados princípios formativos/educativos e articuladores dos processos de ensino.

Sobre essa perspectiva de educação que contempla múltiplas dimensões, Fernandes (2006) nos ensina que

Educação, cultura, produção, trabalho, infraestrutura, organização política, mercado etc, são relações sociais constituintes das dimensões territoriais. São concomitantemente interativas e completivas. Elas não existem em separado. A educação não existe fora do território, assim como a cultura, a economia e todas as outras dimensões (p. 29).

No âmbito das políticas públicas para o campo, o programa do governo federal *Projovem Campo – Saberes da Terra*, presente no estado do Pará desde 2005, oferta a modalidade EJA direcionada para os anos finais do Ensino Fundamental. Em 2017, houve um edital especial para complementação de recurso para os municípios que possuem o programa. Através dessa complementação, a modalidade EJA Médio Campo foi ofertada.

A modalidade funciona através da Pedagogia da Alternância e os conteúdos são abordados por área do conhecimento e não por disciplinas isoladas. Desse modo, os professores foram contratados para atuarem nas seguintes áreas: Ciências Humanas e suas tecnologias; Ciências Naturais e suas tecnologias; Matemática códigos e suas tecnologias; Linguagens códigos e suas tecnologias e Ciências agrárias da Natureza e suas tecnologias.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo compreender em que termos a Alternância Pedagógica vem sendo desenvolvida no âmbito do projeto EJA Médio Campo, que funciona dentro do programa *Projovem Campo - Saberes da Terra*, na comunidade de Maçaranduba, município de Baião-Pará. Além disso, consideramos fundamental compreender como professores e alunos da modalidade compreendem a Alternância Pedagógica e de que forma a organização, em diferentes tempo-espacos formativos, influência nos processos de ensino desenvolvidos dentro da modalidade.

Deste modo, a modalidade EJA Médio Campo, além de permitir o acesso à educação às populações do campo, sem estas terem a necessidade de saírem de suas comunidades para poderem continuar seus estudos, ainda fornece formação para os educandos em Agricultura Familiar, que além de prover conhecimentos para lidar com a terra em harmonia com meio ambiente, também empodera essas populações para que elas tenham capacidade de lutar pelos

seus direitos. Outro ganho dessa modalidade é o de ter dois espaços formativos: o tempo escola e o tempo comunidade, os quais são denominados de alternância pedagógica.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EDUCAÇÃO DO CAMPO: ENTRELACES TEÓRICOS

A EJA é uma modalidade de ensino que, segundo o Parecer 11/2000 do Conselho Nacional de Educação, tem três funções: equalizadora, reparadora e permanente.

A equalizadora tem o objetivo de atender trabalhadores, donas de casas, migrantes, aposentados e tantos outros segmentos que não tiveram a possibilidade de estudar ou que tiveram dificuldades de manter os estudos por diversos motivos, tais como: repetência, evasão, pela desigualdade de permanência e dificuldade de acesso.

A reparadora visa restaurar o direito à educação negado às pessoas que, por determinado motivo, não puderam estudar na idade certa. Para que consiga alcançar seu objetivo, ela precisa apresentar um modelo pedagógico próprio, que satisfaça as necessidades de aprendizagem do público atendido.

Já a função permanente, mais do que uma função, é o próprio sentido da EJA. Tem como base o caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Ela é um apelo para a educação permanente e a criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade.

O principal objetivo da EJA é o de inclusão de uma parcela da sociedade que não teve condições de estudar por diversos fatores, tais como situação política, econômica, social ou cultural. A EJA é definida por Cortada (2013 p. 7) como “uma modalidade de Educação Básica cujo objetivo é o de favorecer oportunidades de estudos a essa parcela da sociedade que não teve acesso aos estudos na idade própria”. Para Arroyo (2006, p. 29) "desde que EJA é EJA, esses jovens e adultos são os mesmos: pobres, desempregados, na economia informal, negros, nos limites da sobrevivência. São jovens e adultos populares".

Para que a EJA exerça o seu papel de educação libertadora dos jovens e adultos populares, é preciso que os oprimidos reconheçam que o são. Segundo Freire (1987), para manter divididos os oprimidos, faz-se indisponível uma ideologia da opressão. Para a sua união é imprescindível uma forma de ação cultural através da qual conheçam o porquê e o como de

sua “aderência” à realidade que lhes dá conhecimento falso de si mesmo e dela. É necessário desideologizar.

Para que os sujeitos rompam com a ideologia de opressão, é fundamental uma ação dialógica. Segundo Freire (1987), o fundamental na ação dialógica-libertadora, não é “desaderir” os oprimidos de uma realidade mitificada em que se acham divididos para “aderir” a outra. O objetivo da ação dialógica está, pelo contrário, em proporcionar que os oprimidos, reconhecendo o porquê e como de sua “aderência”, exerçam um ato de adesão à práxis verdadeira de transformação da realidade.

A adoção dessas novas posturas leva-os a perceber, com mais clareza, essa nova prática pedagógica, que convida os educadores a conceber e praticar educação a partir do diálogo (FREIRE, 2005). Essa perspectiva de diálogo significa considerar a necessária articulação entre saberes locais e conhecimentos universais, na busca pela conscientização ético-crítica sobre as situações de opressão em que se encontram as vítimas que se acham negadas de “dizer a palavra” e de “ler e pronunciar o mundo”. Desta forma, seria possível o desenvolvimento de uma escola que levasse em conta o universo cultural e as formas de aprendizagens dos povos do campo e que, acima de tudo, pudesse reconhecer e legitimar os saberes construídos a partir das experiências de vida (FERREIRA E MOLINA, 2014).

É nesse contexto que a EJA e a Educação do Campo se entrelaçam, na necessidade de um projeto de escola em constante diálogo com os movimentos do campo (sociais, políticos, econômicos) em uma perspectiva de educação popular de desenvolvimento.

Para Moreno (2014), a Educação do Campo é um movimento de insistência e resistência, que permite entrar em cena os sujeitos lutadores e construtores capazes de transformar a sua realidade. Significa atender a demanda de “inclusão social” dos assentados da reforma agrária, ribeirinhos, agricultores familiares, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, caiçaras e extrativistas vegetais, categorias que sempre foram tratadas como invisíveis pela sociedade e que nunca tiveram suas identidades, culturas e saberes reconhecidos. O principal objetivo é trazer protagonismos a esses povos.

A Educação do Campo tem a missão de suprir a necessidade de educadores, que segundo Molina e Sá (2011), sejam capazes de compreender as contradições sociais e econômicas enfrentadas pelos sujeitos que vivem nas comunidades rurais e que também sejam capazes de construir, com eles, práticas educativas que os instrumentalizem no enfrentamento e superação dessas contradições.

No que diz respeito à modalidade EJA Médio Campo no Estado do Pará, acentua-se que ela passou a ser ofertada no ano de 2017. Essa modalidade faz parte do programa do governo federal *Projovem Campo – Saberes da Terra*, que foi implantado no ano de 2005. Esse programa oferece qualificação profissional e é destinado à escolarização dos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental.

O objetivo do programa é ampliar o acesso e a qualidade da educação à essa parcela da população historicamente excluída do processo educacional, respeitando as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtiva dos povos do campo.

Para atender essa demanda, no ano de 2008 foram aprovados projetos de 19 estados e 19 instituições de Ensino Superior públicas, os quais foram executados com a meta de atender a 35 mil jovens agricultores familiares. Em 2009 foram aprovadas 30.375 novas vagas a serem ofertadas por secretarias estaduais de educação de 13 estados (MEC, 2018).

Os princípios curriculares que ancoram o Programa *Projovem Campo – Saberes da Terra* primam pela flexibilidade no que diz respeito à produção do conhecimento, à interdisciplinaridade a favor de conhecimentos integrados, à pluralidade de Saberes e Linguagens que incorporam os modos e elementos econômicos, sociais, culturais, ambientais, as lutas e memória coletiva dos povos do campo.

Além destes, também destacamos o Trabalho Como Princípio Educativo entendido por natureza, a atividade constitutiva do processo de humanização de homens e mulheres, a pesquisa como princípio educativo em que a indagação, inquirição, a busca de informação, que instiga os sujeitos a problematizarem a realidade e investigarem é condição imperiosa em formação de base interdisciplinar.

Por fim, a práxis a qual a dissociabilidade teoria e prática, como eixo articulador do currículo, é indispensável na perspectiva de formação de educandos/as comprometidos com as lutas do seu tempo (FARIAS et al, 2015).

Nesta versão de 2008 do programa, foram atendidos 36 municípios paraenses nas diversas Regiões de Integração, atendendo um total de 2.100 alunos e aproximadamente de 300 educadores. É válido dizer que esta versão não contemplou o município de Baião.

Na versão de 2014, foram atendidos 10 municípios. Desta vez o município de Baião foi contemplado com turmas para a formação no curso de ensino fundamental profissionalizante

dos jovens agricultores, em que os jovens eram contemplados com uma bolsa no valor de 1.200,00 reais, divididos em 12 parcelas.

Durante a execução das versões do programa, a equipe da Coordenadoria de Educação do Campo das Águas e das Floresta (CECAF) observou que os jovens agricultores, ao concluir o Ensino Fundamental no *Projovem Campo - Saberes da Terra*, não conseguiam se adaptar às modalidades de ensino regular já existentes, em decorrência delas serem formatadas de forma que iam de encontro aos anseios e necessidades do sujeito do Campo, com suas peculiaridades locais.

Preocupados com esta problemática, a coordenadoria então resolveu promover uma “escuta” dos jovens participantes e egressos do programa, através do evento intitulado de “I Encontro Territorial da Juventude do Campo”, com o objetivo de pautar os desafios da educação do campo com os sujeitos mais interessados no processo educacional do campo e no campo, e assim, coletar informações, junto à comunidade, sobre os seus anseios e expectativas em relação ao Ensino Médio.

O evento resultou na solicitação do Ensino Médio EJA Campo na mesma modalidade do Programa *Projovem Campo - Saberes da Terra*, bem como a qualificação profissional em Agricultura Familiar, que ocorreu com a mesma metodologia.

Acredita-se que a solicitação do ensino técnico se deve ao fato de que, em sua maioria, os jovens são agricultores com idade variada entre 18 e 30 anos e, normalmente, são educandos que já tem sua produção e que precisam aprimorar e sistematizar seus conhecimentos, um conhecimento que tenha significado em sua vida no cotidiano.

METODOLOGIA

A abordagem da pesquisa foi do tipo qualitativa, a qual, segundo Gil (2002), depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório.

Para compreender em que termos a Alternância Pedagógica vem sendo desenvolvida no âmbito do projeto EJA Médio Campo, que funciona dentro do programa *Projovem Campo - Saberes da Terra*, na comunidade de Maçaranduba, município de Baião-Pará, foram aplicados dois questionários estruturados, um com os docentes e outro com os discentes da Educação de



Jovens e Adultos, do projeto EJA Médio Campo, que funciona na escola Polo de Maçaranduba, pertencente à comunidade de Maçaranduba no município de Baião.

Área de estudo

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Francisco Progênio Alves está localizada as margens da PA 151, na comunidade de Maçaranduba, Colônia Magalhães Barrata, zona rural, município de Baião, Estado do Pará.

Os alunos são filhos de agricultores, sendo que o ensino Infantil e Fundamental I é anexo da escola Abel Chaves, que a representa legalmente pelo decreto nº 08/2004 e a modalidade de ensino EJA (Educação de Jovens e Adultos) é anexo da escola Levindo Rocha. Ambas localizadas na sede do município de Baião e vinculadas à secretaria municipal de educação.

A modalidade EJA Médio Campo é administrada pelo governo do estado do Pará, através da Secretaria Estadual de Educação e está funcionando na escola Francisco Progênio Alves (imagem 1) em parceria como o Município de Baião. Esta modalidade está vinculada à Escola Estadual de Ensino Médio Francisca Nogueira da Costa Ramos, situada também na sede do município de Baião.

Imagem 1: Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Francisco Progênio Alves.



Fonte: Autoria Própria (2018).

A Pedagogia da Alternância na modalidade EJA Médio Campo: uma análise das compreensões de docentes e discentes acerca do processo educativo

Para analisar as compreensões dos docentes e discentes sobre a Pedagogia da Alternância, no processo educativo dentro da modalidade EJA Médio Campo, foram traçados os perfis, tanto dos educadores (quadro 1) como dos educandos, para se saber quem são os

sujeitos atendidos pela modalidade dentro da comunidade, qual a compreensão dos sujeitos envolvidos sobre a pedagogia da alternância e de que forma ela está sendo feita.

Quadro 1: contém a formação, sexo e a experiência dos educadores que atuam por área do conhecimento no EJA Médio Campo na comunidade de Maçaranduba no município de Baião-PA

Área do conhecimento	Formação	Local de residência	Sexo	Experiência
Ciências humanas e suas tecnologias	Licenciatura plena em história	Igarapé Miri	Masculino	Somente EJA Campo, 3 anos
Matemática, códigos e suas tecnologias	Licenciatura plena em Matemática	Cardoso ³	Masculino	Somente EJA Campo, 3 anos
Ciências naturais e suas tecnologias	Ciências Biológicas	Ituquara ⁴	Masculino	Somente EJA Campo, 1 ano.
Linguagens códigos e suas tecnologias	Língua portuguesa	Cardoso	Feminino	EJA Campo, 1 ano e Regular 4 anos.
Ciências agrárias da natureza e suas tecnologias	Engenharia agrônoma	Baião	Feminino	Somente EJA Campo, 3 anos.

Fonte: Autoria própria (2018)

Do quantitativo de discente, como podemos observar no quadro, todos os professores possuem formações disciplinares e não residem na comunidade. Fato que ocasiona atrasos por conta das dificuldades de acesso à comunidade. Além disso, todos os professores já possuem experiência docente no programa em questão. No entanto, a vivência docente de quatro dos cinco professores é restrita à modalidade, variando de um a três anos.

No âmbito da atuação docente, vale destacar que o programa prevê que todos os professores passem por formação continuada ofertada pelo Governo Estadual, no início do ano letivo. No entanto, até o momento da realização dessa pesquisa, os professores relataram não ter acontecido tal formação.

Dos 32 alunos matriculados na modalidade, apenas 15 estavam frequentando regularmente. É possível associar a baixa frequência dos estudantes às dificuldades de transporte e em função do período de chuvas que dificulta o deslocamento pelos ramais e estradas de acesso à comunidade e à escola.

Dos 15 estudantes que estavam frequentando, temos 8 do sexo masculino e 7 do sexo feminino, com idade variando entre 18 e 53 anos. Quanto às comunidades de origem, 10 estudantes são de comunidades localizadas no Município Baião (oito são de Maçaranduba, 1 da

³ Comunidade pertencente ao município de Baião localizada a margem direita do rio Tocantins.

⁴ Comunidade pertencente ao município de Baião localizada a margem direita do rio Tocantins.

comunidade de Araquembaua e 1 de Flexal Centro) e 5 de outros municípios (Cametá, Belém, Castanhal, Muaná e Curuçá).

O público da EJA Médio Campo abrange sujeitos com diferentes ocupações, tais como agricultores, pescadores, mecânico e servidores públicos. No entanto, mais da metade dos discentes matriculados não participam de organizações sociais. Quanto a essa participação, temos representantes dos sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Baião (STTR), Colônia de pescadores, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (Sintepp) e Associação de Desenvolvimento de Mulheres de Maçaranduba (ADEMMA).

O tempo de paralização dos estudos varia de 1 mês a 32 anos e os motivos que os fizeram parar são, principalmente, a não oferta do ensino médio perto das suas casas, o fato de terem que trabalhar na roça para ajudar os seus pais ou para sustentar suas famílias e a não oferta de transporte escolar condizente com o seu turno de aula.

Tanto os docentes como os discentes da modalidade têm o mesmo entendimento sobre o que é a pedagogia da alternância. Para os docentes a alternância pedagógica é uma nova forma de trabalhar com os alunos, principalmente o aluno do campo, permitindo a eles estudarem e desenvolvam suas atividades diárias normalmente.

Essa pedagogia enquadra-se especificamente ao aluno do campo, e o fato dela apresentar o tempo comunidade/escola é algo ótimo ao aluno do campo. A Pedagogia da Alternância permite que os trabalhem de acordo com a cultura de cada comunidade, ou seja, com a realidade social do local. Deixando sempre um espaço para o descanso, ou melhor, para as atividades cotidianas no campo.

A pedagogia da Alternância é um método de ensino em que exigem a alternância das atividades de ensino entre tempo escola e o tempo comunidade, ou seja, o jovem alterna períodos na escola e períodos na propriedade rural (Educador do Campo, 32 anos).

Para os educandos do campo, a alternância pedagógica é o período em que eles aproveitam para estudar, mas também não deixam de trabalhar e nem de realizar seus afazeres fora de sala de aula. Além disso, o fato de estarem em sala de aula, para eles, é algo significativo para melhorarem como pessoas, pois lá discutem valores que ao mesmo tempo podem colocá-los em prática no seu cotidiano.

A Alternância pedagógica com o tempo aula/comunidade os ajuda a pôr em prática, às vezes imediata, o que eles aprendem em sala de aula e a também contribuir para a construção desse conhecimento. Por exemplo, quando no estudo das ciências agrárias eles aprenderam a construir e a manusear uma horta, conseqüentemente, alguns alunos, sendo agricultores, também contribuíram para o conhecimento de todos com o seu conhecimento a respeito da terra.

Ao mesmo tempo que aprenderam essas técnicas em sala, já as colocaram em prática no seu dia-a-dia no campo quando voltaram para cuidar dos seus próprios cultivos. Segundo um educando do campo de 26 anos, “O que aprendemos aqui é um diferencial. Colocamos em prática aquilo que aprendemos em sala com os professores e utilizamos os ensinamentos em nossos trabalhos”.

Ribeiro (2008), Antunes-Rocha e Martins (2012) convergem com os docentes e os discentes quando eles dizem que na Pedagogia da Alternância os educandos colocam em prática, a partir dos problemas anteriormente levantados no TC, os conhecimentos que foram objeto de estudo no TE. Nessa modalidade, o diferencial é que os educandos já estão na comunidade, eles não precisam deslocar-se para outras comunidades ou até mesmo cidades diferentes das suas. Com isso, o regime de internato deixa de ser necessário.

Para os educadores, as diferenças de atuar na modalidade EJA Médio Campo está na atuação em sala de aula e na comunidade, uma vez que a Pedagogia da Alternância permite essa interação. Outra grande diferença é que a EJA Médio Campo trabalha com fechamento de disciplinas por professor, enquanto na EJA, no Fundamental e no Médio regular, as disciplinas ocorrem de forma concomitante por hora/aula.

Essa modalidade de ensino se difere das demais em diversos aspectos, merecendo destaque o fato de que, na pedagogia da alternância, o conhecimento parte da realidade e dos saberes locais vividos pelos estudantes, e não pelo saber do professor (Educador do campo, 28 anos).

Os educandos também relatam diferenças no que diz respeito à formação através da EJA Campo. Para eles, no médio regular você aprende mais por ter um maior tempo com os professores na sala de aula, interagindo diariamente com os vários professores. Na EJA Campo, segundo seus relatos, eles também aprendem, no entanto, é um pouco lento pelo menor tempo com os professores, já que cada disciplina dura em média uma semana.

Apesar dos discentes relatarem diferenças nos tempos de duração das aulas, essas não representam perda de carga horaria, uma vez que, as duas formações têm o mesmo tempo de duração. A diferença relatada diz respeito ao modo de organização da modalidade, que na EJA Campo, como já mencionado, há a alternância de dois tempo-espacos formativos entre a escola e a comunidade.

Outra diferença mencionada na EJA Campo diz respeito sobre aprender-se mais em relação às atividades do cotidiano dos educandos, como o trabalho na lavoura. Nesse caso, o trabalho dos alunos é utilizado como experiência dos conteúdos da grade curricular. Quando se utiliza o trabalho, os elementos da cultura e os conhecimentos adquiridos ao longo dos anos para aprender os conteúdos dentro de sala de aula, estamos utilizando o trabalho como princípio educativo (FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS, 2012).

No ensino regular, o cotidiano dos educandos, muitas vezes, não é levado em consideração no processo de ensino aprendizagem. Na EJA Campo, além de levar em consideração a realidade do educando nesse processo, eles aprendem conteúdos voltados para a sua realidade, como um enfoque agroecológico.

De acordo com Caporal e Castabeber (2002), a Agroecologia nos traz a ideia e a expectativa de uma nova agricultura, capaz de fazer bem aos homens e ao meio ambiente como um todo, afastando-nos da orientação dominante de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis que é agressiva ao meio ambiente, excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica.

Há uma influência positiva da Alternância Pedagógica para a organização das aulas, de acordo com os educadores, pois ela os permite realizar seus planos de aula normalmente e com facilidade, considerando apenas uma adaptação das metodologias de ensino para que o enfoque do trabalho seja a realidade das comunidades em que se está realizando o ensino.

A prática da Alternância permite construir o conhecimento a partir da realidade dos educandos/as, valorizando o campo enquanto espaço geográfico e, acima de tudo, os homens e as mulheres que habitam esse espaço, com sua cultura, seus saberes e suas relações sociais. De acordo com um educador de 56 anos, “Especialmente nos planos de aula, tenho que atentar para exercícios de Matemática voltados para o serviço no campo, solucionando problemáticas do campo no seu dia-a-dia”.

As atividades desenvolvidas pelos educadores no tempo comunidade com os alunos são: visitas nos campos de trabalho, que no caso deles é a agricultura, bem como cultivo e produção;

observações e avaliações das atividades desenvolvidas no dia a dia; elaboração e desenvolvimento de projetos, estes devem ser desenvolvidos na comunidade e para a comunidade, como exemplo, o projeto das *Hortaliças*.

Através de trabalhos, projetos agroecológicos e visitas nas propriedades dos alunos para orientá-los e saber como estão sendo desenvolvidas as suas atividades, nós envolvemos cálculos para a solução de problemas que satisfaçam as suas necessidades e facilitem o seu trabalho (Educador do campo, 32 anos).

Quando não se tem aula, os professores deixam atividades para serem desenvolvidas pelos educandos, sendo que essas atividades dependem do professor e da disciplina da semana. As atividades variam, podendo ser: dentro/fora de sala de aula; em grupo, duplas ou individualmente; de pesquisa, como para saber quem foram os primeiros moradores da comunidade ou trabalhos para se fazer na prática.

Os instrumentos avaliativos que os educadores utilizam são os questionários, seminários, palestras, pesquisas (coletivas e/ou individual), memorial, estudos dirigidos, provas, relatórios, participação, frequência, empenho, organização e testes de certificação de aprendizagem, ou seja, a avaliação é contínua e não difere das outras modalidades de ensino. Podemos comprovar isso no relato de um educador de 28 anos: “Levo em consideração a avaliação somativa, participação e quantitativa, sendo que, ao final do semestre precisamos atribuir notas aos alunos”.

De acordo com os educandos, as principais vantagens dessa modalidade de ensino são: não ter que frequentar a escola todos os dias da semana, uma vez que, eles têm 2 dias de folga semanalmente para desenvolver os seus trabalhos e as atividades em casa, ter mais tempo para a família, para cuidar do lar e poder trabalhar e a expectativa de conclusão do ensino médio em menos tempo, no caso 18 meses.

Podemos destacar que as desvantagens de estudar por Alternância Pedagógica são: o tempo corrido para estudar todas as disciplinas e só três dias de aula por semana; não ter o professor disponível todos os dias para ajudar; o tempo curto para estudar todas as disciplinas e a falta de empenho por parte dos alunos. Mesmo assim, vários educandos não veem desvantagens nesse tipo de ensino, como pode ser observado na fala de um deles de 43 anos:

“A vantagem é o que aprendemos para trabalhar no nosso dia-a-dia e não vejo desvantagem nenhuma, pois facilita o nosso aprendizado”.

O que é vantagem para uns é desvantagem para outros, como no caso de se ter aula apenas 3 dias na semana, pois um citou que era vantagem, por ter mais tempo para ficar em casa com a família, fazer suas atividades tanto da escola, quanto as relacionadas aos seus afazeres domésticos.

Outro ponto de divergência de opinião entre os alunos é o tempo de conclusão de ensino, pois para uns isso é vantagem concluir em menos tempo (18 meses), mas para outros é uma desvantagem, isso porque as aulas /disciplinas e o tempo para aproveitá-las, acaba sendo mais corrido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modalidade EJA é um grande passo para uma parcela da população que não teve condições de estudar na idade certa e a sua ampliação, bem como a criação do programa *Projovem Campo - Saberes da Terra* foi uma considerável conquista para que as populações, que tradicionalmente não tinham condições de estudar, passassem a adquirir essas condições. Com isso, o Estado brasileiro passa a reparar, em parte, dívidas históricas que possui com as populações do campo, no que diz respeito ao direito à educação.

O diferencial dessa modalidade é a chance dos educandos de cursarem o ensino Médio em suas comunidades e ainda adquirirem um curso profissionalizante, que no caso é em Agricultura Familiar, que os ajuda a lidar de maneira diferente com a terra, aprendendo como melhorar a gestão dos seus lotes. Além disso, também trata de questões sociais, culturais, políticas, ambientais, éticas e energéticas.

Essa formação pretende mostrar as boas práticas na agricultura, ou seja, a agricultura sustentável, que é um contraponto à monocultura, aos transgênicos, ao uso de fertilizantes e fitossanitários.

Portanto, a forma encontrada para a melhor compreensão dos conteúdos repassados pelos educadores aos educandos, foi a Alternância Pedagógica, ou seja, quando o discente traz os seus conhecimentos e os educadores os utilizam para repassar os conteúdos, o aprendizado é ainda maior. Na comunidade, no caso, em seus lotes, quando os alunos aplicam os conhecimentos adquiridos em sala de aula, no tempo escola, o aprendizado de todos se completo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES-ROCHA, M. I., & MARTINS, M. de F. A. Tempo escola e tempo comunidade: territórios educativos na educação do campo. In: ANTUNES-ROCHA, M. I.; MARTINS, M. de F. A. & MARTINS, A. A. (Orgs.). **Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

ARAÚJO, M. N. R.: Educação de Jovens e Adultos (EJA). In. CALDART, R. S., PERREIRA, I. B., ALENTEJANO, P., & FRIGOTTO, G.: **Dicionário da Educação do Campo**. 2 ed., 2. Reimpr. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.p.250-257.

ARROYO, Miguel G. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S., & MOLINA, M. C. (Orgs.): **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

ARROYO, M. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L., GIOVANETTI, M. A. G. C., & GOMES, N. L. (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006a.

BRASIL: Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF, jul. de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso em 25 de dezembro de 2018.

BRASIL: Lei 9.493 de 20 de Dezembro de 1996. **Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, jan. de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em 23 de outubro de 2018. Documento Base da Pedagogia da Alternância – CEFFAS / ARCAFAR – PARÁ.

CALDART, R. S., PERREIRA, I. B., ALENTEJANO, P., & FRIGOTTO, G.: **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S. A Escola do Campo em Movimento. In: ARROYO, M. G., CALDART, R. S., & MOLINA, M. (org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CAPORAL, F. R., & COSTABEBER, J. A.: Agroecologia. Enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.2, abr./junh.2002. Disponível em: <http://pvnocampo.com/agroecologia/agroecologia.pdf>. Acesso em 30 de janeiro de 2019.

CHAVES, K. M. S., & FOSCHIERA, A. A.: Práticas de educação do campo no brasil: escola família agrícola, casa familiar rural e escola itinerante. **Pegada** – vol. 15 n. 2. Dezembro de 2014.

CORTADA, S.: **EJA-educação de Jovens e Adultos e seus diferentes contextos**. Jundiaí, paco Editorial: 2013.

EDUCAMPOPARAENSE: Disponível em:
<http://educampoparaense.com.br/pagina.php?cat=150¬icia=475>. Acesso em 20 de dez. de 2018.

FARIAS, M. C. G., SILVA, H. S. A., FERREIRA, L. L., CONCEIÇÃO, D., CORRÊA, M. S., & PENNA, S.: **Programa Projovem Campo – Saberes da Terra: ações de educação do campo nos municípios paraenses**. 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/54116396-Programa-projovem-campo-saberes-da-terra-acoes-de-educacao-do-campo-nos-municipios-paraenses.html>. Acesso em 20 de dez. de 2018.

FERNANDES, B. M.: Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. **A pesquisa em Educação do Campo**, v. XX, p. X-I, 2006.

FERNANDES, B. M.; CERIOLE, P. R.; CALDART, R. S.: Primeira Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo: texto preparatório. In: ARROYO, M. G., CALDART, R. S., & MOLINA, M. C. (org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FNDE: Resolução/CD/FNDE nº 48, de 2 de outubro de 2012. **Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros aos estados, municípios e Distrito Federal para manutenção de novas turmas de Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/5939-resolucao-n-n48-de-2-de-outubro-de-2012>. Acesso em 20 de outubro de 2018.

FERREIRA, M. J., & MOLINA, M. C.: Desafios à formação de Educadores do Campo: tecendo algumas relações entre os pensamentos de Pistrak e Paulo Freire. In: MOLINA, M. C. org.: **Licenciaturas em Educação do Campo e o ensino de Ciências Naturais: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar – Brasília: MDA, 2014.**

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIGOTTO, G, CIAVATTA, M., & RAMOS, M.: **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores- excertos**. Juntos na EJA. 2012 . Disponível em: https://juntosnaejadf.files.wordpress.com/2012/10/texto-completo-trabalho_princip_educativo1.pdf. Acesso em 30 de janeiro de 2019.

GIL, A. C.: **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

JESUS, A. C. S.: imaginários de licenciandos em física sobre a educação de jovens e adultos e o ensino nessa modalidade. **Pesquisa em Educação em Ciência** (Belo Horizonte) vol.18 no.3 Belo Horizonte set./dez. 2016. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198321172016000300051&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 22 de nov. de 2018.

KAUARK, F. S., MANHÃES, F. C., & MEDEIROS, C. H.: **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Via Litterarum, Itabuna / Bahia, 2010.

MEC: Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/projovem-campo--saberes-da-terra>. Acesso em 20 de dez. de 2018.

MOLINA, M. C., & SÁ, L. M. A Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília: estratégias político-pedagógicas na formação de educadores do campo. In: Molina, M. C., & Sá, L. M. (org.). **Licenciaturas em Educação do Campo: Registros e Reflexões a partir das Experiências Piloto**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MORENO, G. S.: Ensino de Ciências da Natureza, interdisciplinaridade e Educação do Campo. In: MOLINA, M. C. org. **Licenciaturas em Educação do Campo e o ensino de Ciências Naturais: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar** – Brasília: MDA, 2014.

NOSELLA, P.: **Educação no campo: origens da pedagogia da alternância no Brasil**. Vitória - ES: EDUFES, 2012.

PARÁ: Portaria Nº 41 de 11 de julho de 2018 – SAEN. **Estabelece o Ensino Médio na modalidade de Jovens e Adultos de 1ª e 2ª Etapas (em três fases) com Qualificação em Agricultura Familiar**. Pará – BR, Jul. de 2018. Disponível em: <http://www.ioepa.com.br/pages/2018/07/11/2018.07.11.DOE_49.pdf>. Acesso em 20 de dez. de 2018.

RIBEIRO, M: Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.1, p. 027-045, jan./abr. 2008. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v34n1/a03v34nl>. Acesso em 27 de janeiro de 2019.

ROCHA, M. I. A., & MARTINS, M. F. A.: Tempo Escola e Tempo Comunidade: Territórios Educativos na Educação do Campo. In: ROCHA, M. I. A., MARTINS, M. F. A., & MARTINS, A. A. (Orgs): **Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais**. Belo Horizonte - MG: Editora Autêntica. 2012.

ROSSETTO, E. R. A., & SILVA, F. T.: Ciranda Infantil. In: CALDART, R. S., PEREIRA, I. B., & FRIGOTTO, P. A. G.: **Dicionário da Educação o campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SCALABRIN, R., & CORDEIRO, G. N. K.: **Formação de professores: Alternância como elemento Integrador**. Disponível em: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/396.pdf. Acesso em 22 de outubro de 2018.

SILVA, A. S., RIBEIRO, C. E. M., VIEIRA, E. M., RIBAS, M. E. T., & SASSAKI, S. A. S. N.: **Algumas abordagens Pedagógicas em foco**. Livros digitais. 2014.

SOUZA, J. V. A.: **Pedagogia da Alternância: uma alternativa consistente de escolarização rural?** URMG. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt14-4500-int.pdf>. Acesso em 22 de outubro de 2018.



III Congresso Internacional
V Congresso Nacional

25 a 28
Agosto 2021



SOUZA, F. E., & FERNANDES, B, M.: O papel da geografia escolar para o fortalecimento do campesinato no município da Cidade de Goiás. In: **ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA**, 12. 2009, Montevideu, Uruguai. Anais... Montevideu, 2009.